

## POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA A POPULAÇÃO SURDA NA AMAZÔNIA PARAENSE: ENTRE NORMATIVAS, INVISIBILIDADES E LUTAS SOCIAIS

O presente dossiê compõe artigos de pesquisadores vinculados ao projeto de pesquisa “A Educação Bilíngue de Surdos na Amazônia Paraense: profissionais, pesquisas e práticas educativas”, financiado pela Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), Chamada Nº 003/2024 – FORTALECIMENTO DE GRUPOS DE PESQUISAS LIDERADOS POR MULHERES NO ESTADO DO PARÁ. A pesquisa integra as atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos (GEPES) e tem como objetivo analisar a organização do conhecimento na área da educação de surdos (pesquisas, pesquisadores e grupos paraenses) e os delineamentos da proposta bilíngue em escolas da Amazônia Paraense.

O conjunto de artigos aqui apresentados faz parte de um mapeamento inicial e aborda a temática das políticas linguísticas, da educação de surdos e da acessibilidade em Libras em diferentes municípios do estado do Pará, com foco na realidade amazônica e na atuação do poder público local. Os Municípios analisados foram: Santarém; Alenquer; Monte Alegre; Itaituba; Igarapé-Miri; Castanhal e Marabá, todos no Estado do Pará.

O artigo “**A construção de políticas públicas inclusivas para a comunidade surda em Santarém - Pa: avanços, limites e desafios**” analisa a construção de políticas públicas inclusivas voltadas à comunidade surda em Santarém (PA), com foco nas iniciativas legislativas relacionadas à Libras, à educação bilíngue e à atuação de tradutores e intérpretes, a partir de uma pesquisa qualitativa e documental sobre proposições legais entre 2017 e 2025. O estudo aponta avanços no reconhecimento da Libras como direito linguístico e condição para o acesso da população surda à educação, aos serviços públicos e à participação social, alinhando-se a uma perspectiva sociocultural da surdez. Contudo, evidencia limites na efetivação dessas políticas, uma vez que muitas proposições não se concretizam em ações práticas, revelando a distância entre o texto legal e a realidade institucional. Destacam-se ainda desafios como a escassez de profissionais qualificados, fragilidades na formação docente e ausência de

planejamento e monitoramento, indicando que a consolidação de políticas inclusivas exige maior compromisso político e participação da comunidade surda.

No artigo **“Políticas de inclusão e invisibilidade da surdez: mapeamento das normas jurídicas de Monte Alegre-PA no contexto amazônico”**, os autores analisam a produção legislativa municipal de Monte Alegre a partir de descritores relacionados à Libras e à surdez. Os resultados revelam que apenas o termo “inclusão” apresentou registros, os quais se relacionam a áreas como deficiência, saúde mental e meio ambiente, sem contemplar de forma específica a comunidade surda. O estudo evidencia a ausência de políticas municipais voltadas à acessibilidade comunicacional e à educação bilíngue, reforçando a necessidade de fortalecimento das políticas locais e da efetivação dos direitos linguísticos das pessoas surdas.

Por fim, o artigo **“Leis municipais do município de Itaituba-PA: uma análise sobre surdez e acessibilidade”** examina o conjunto de leis municipais que tratam da inclusão e dos direitos das pessoas surdas. Os resultados demonstram avanços significativos na regulamentação do acesso à Libras, no reconhecimento do trabalho de intérpretes e professores de Libras e na criação de dispositivos legais alinhados à legislação federal. Entretanto, o estudo ressalta que ainda existem desafios relacionados à valorização profissional, à formação continuada e à efetiva implementação das políticas bilíngues nas escolas e nos serviços públicos.

O artigo **“A mobilização dos movimentos sociais surdos na implementação das políticas linguísticas no município de Igarapé-Miri, PA”** analisa o papel dos movimentos sociais surdos na consolidação das políticas linguísticas voltadas à Libras. O estudo destaca que as políticas linguísticas são resultado de lutas históricas por reconhecimento e direitos, impulsionadas principalmente pela organização coletiva da comunidade surda. A pesquisa evidencia que a atuação dos movimentos sociais foi fundamental para pressionar o poder público e garantir avanços normativos e institucionais no município, reforçando o protagonismo da comunidade surda na formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas.

O artigo **“Entre matérias legislativas e normas jurídicas: uma análise da educação de surdos em Marabá – PA”** analisa a educação de surdos em Marabá-PA a partir da relação entre matérias legislativas propostas na Câmara Municipal e as normas jurídicas efetivamente vigentes, com base em pesquisa documental realizada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). Fundamentado no modelo social da deficiência e na perspectiva dos direitos humanos, o estudo revela uma grande discrepância entre o número de propostas legislativas relacionadas à surdez e à Libras e a pequena quantidade de leis municipais em vigor. Constatou-se que, embora exista um debate legislativo ativo e participação da comunidade surda, as normas jurídicas concentram-se majoritariamente na criação e valorização do cargo de tradutor e intérprete de Libras, especialmente na educação básica, enquanto a garantia da educação bilíngue permanece ausente ou pouco contemplada. Assim, o trabalho conclui que os avanços no campo legislativo ainda não se traduzem plenamente em políticas públicas efetivas, evidenciando a necessidade de maior articulação institucional e engajamento político para assegurar, de forma concreta, os direitos educacionais da população surda em Marabá.

O artigo **“Políticas para educação de surdos no município de Castanhal-PA”** analisa normas jurídicas e matérias legislativas voltadas à acessibilidade linguística e educacional. O estudo identifica avanços importantes, como a criação de cargos específicos para professores de Libras, professores bilíngues e intérpretes educacionais, além da institucionalização da Central de Intérpretes de Libras. Contudo, também aponta retrocessos, como a exclusão da educação infantil das políticas linguísticas e a revogação de medidas de valorização de professores surdos. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos, ainda persistem desafios estruturais para a consolidação da educação bilíngue no município.

De forma geral, os artigos evidenciam que, embora existam avanços pontuais em alguns municípios, as políticas linguísticas e educacionais para a população surda ainda se apresentam de forma desigual no contexto amazônico, marcadas por lacunas normativas, abordagens genéricas de inclusão e dificuldades de implementação. Os estudos reforçam a importância do protagonismo da

comunidade surda e da atuação do poder público local para a efetivação dos direitos linguísticos e educacionais garantidos pela legislação nacional.

Espero que os artigos a seguir possam contribuir para a divulgação da realidade da educação de surdos na Amazônia Paraense, assim como possa trazer elementos para a reflexão, problematização e subsídios para orientar, tanto a comunidade acadêmica quanto o poder legislativo, na implementação de políticas linguísticas que possam ampliar o acesso, permanência e uma educação de qualidade para a comunidade surda amazônica, valorizando o aspecto linguístico, histórico, cultural, socio-econômico e identitário.

***Eleny Brandão Cavalcante***

Coordenadora do Projeto “A Educação Bilíngue de Surdos na Amazônia Paraense: profissionais, pesquisas e práticas educativas”, financiado pela Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA)  
Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos